






Relato de experiência no curso de Licenciatura em Educação do Campo na aprendizagem sobre Agroecologia

 Lázaro Azevedo de Paula ¹,  Tarci Gomes Parajara ²,  Ramofly Bicalho ³

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro Seropédica – RJ. Brasil. ² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. ³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Autor para correspondência/Author for correspondence: ramofly@gmail.com

RESUMO. Trago nesse relato de experiência a minha trajetória junto da aprendizagem em Agroecologia. Um saber que foi construído dentro e fora da sala de aula, em um território marcado por contradições e conflitos que acabam por invisibilizar as formas de vida ligadas ao campo no local. Um dos trabalhos que realizei utilizando a Agroecologia como principal ferramenta metodológica foi junto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Onde pude estar atuando em uma escola do campo do município de Itaguaí – RJ, no bairro Mazomba, uma região com forte presença da agricultura familiar. Na Escola Estadual Municipalizada Camilo Cuquejo, encontramos alguns problemas que também são encontrados em outras escolas do campo, principalmente relacionados à precarização da educação pública, o fechamento das escolas do campo, o multisseriamento e a falta de infraestrutura escolar. Mesmo enfrentando esses problemas, conseguimos realizar as atividades propostas junto dos estudantes e outros membros da comunidade escolar.

Palavras-chave: aprendizagem, agroecologia, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19806	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Experience report in the course from Licenciature of Education of Countryside on learning about Agroecology

ABSTRACT. In this experience report, I will share my journey with the learning of Agroecology. This knowledge was constructed inside and outside the classroom, in a territory marked by contradictions and conflicts that end up making the ways of life linked to the countryside invisible. One of the projects I carried out using Agroecology as the main methodological tool was with the Institutional Program for Teaching Initiation Grants (PIBID). There I was able to work in a countryside school in the municipality of Itaguaí – RJ, in the Mazomba neighborhood, a region with a strong presence of family farming. At the Camilo Cuquejo Municipalized State School, we encountered some problems that are also found in other countryside schools, mainly related to the precariousness of public education, the closing of countryside schools, multi-grade classes, and the lack of school infrastructure. Despite facing these problems, we were able to carry out the proposed activities with the students and other members of the school community. Thus, Agroecology, with its dialogic and interdisciplinary approach, allowed us to work on different contents and relate them to the students' reality, dialoguing with the knowledge they already carried.

Keywords: learning, agroecology, countryside education.

Informe de experiencia de la Licenciatura en Educación Del Campo en el aprendizaje acerca del Agroecología

RESUMEN. En este relato de experiencia traigo mi recorrido a través del aprendizaje sobre Agroecología. Un conocimiento que se construyó dentro y fuera del aula, en un territorio marcado por contradicciones y conflictos que terminan invisibilizando las formas de vida vinculadas al campo en la zona. Uno de los trabajos que realicé utilizando la Agroecología como principal herramienta metodológica fue con el Programa Institucional de Becas de Iniciación Docente (PIBID). Donde pude trabajar en una escuela del campo del municipio de Itaguaí – RJ, en el barrio Mazomba, una región con fuerte presencia de la agricultura familiar. En la Escuela Municipal Estatal Camilo Cuquejo encontramos algunas problemáticas que también se presentan en otras escuelas del campo, relacionadas principalmente con la precariedad de la educación pública, el cierre de escuelas Del campo, la educación multigrado y la falta de infraestructura escolar. Aún frente a estos problemas, pudimos realizar las actividades propuestas con los estudiantes y demás miembros de la comunidad escolar. Así, la Agroecología, con su enfoque dialógico e interdisciplinario, nos permitió trabajar diferentes contenidos y relacionarlos con la realidad de los estudiantes, dialogando con los conocimientos que tienen.

Palabras clave: aprendizaje, agroecología, educación del campo.

Introdução

Venho nesse relato de experiência, trazer as minhas vivências junto da Agroecologia. Em um percurso que vem sendo construído junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Onde aprimorei meu conhecimento empírico na medida que fui tendo contato com essa importante instituição de ensino e seus cursos.

Dessa forma, ao ter contato com a Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, tenho a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos, aprendendo sobre um viés da Agroecologia que ainda era desconhecido, tendo contato com a luta dos movimentos sociais do campo por conquistas de direitos para educação, junto das diferentes expressões culturais e saberes das Comunidades Tradicionais que compõem o curso.

Ao longo do texto procuro fazer o máximo da utilização da terminologia “Campo”, ao entender que a terminologia utilizada anteriormente do “Rural”, traz consigo um sentido de atraso que necessita de desenvolvimento, sendo muitas vezes comum no pensamento que vê a sociedade apenas na visão da dicotomia entre o “urbano” e o “rural”. Dessa forma, ao trazer o conceito de “Campo”, falo da diversidade de sujeitos e de culturas existentes no campo.

Nesse trabalho, vou me aprofundar nessas minhas experiências junto da Agroecologia, mostrando a realidade desses diferentes contextos. Meu intuito é descrever o como acontece a aprendizagem no curso da LEC da UFRRJ, que envolve uma educação multidimensional e transdisciplinar, assim como seu referencial teórico que conta com a contribuição dos próprios docentes do curso. Também relato as minhas experiências como discente do curso da LEC/UFRRJ em territórios da Baixada Fluminense.

Ao realizar esse estudo, tenho o objetivo de mostrar como a Agroecologia pode contribuir para criar um contexto de aprendizagem. Onde essas experiências podem contribuir para outras iniciativas de educação junto aos povos do campo e também em outras realidades, como a das comunidades periféricas.

Desenvolvimento

O curso de Educação do Campo da UFRRJ

Vou me dedicar nessa parte do texto em apresentar o curso do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ (LEC/UFRRJ), um pouco sobre o contexto das lutas dos movimentos sociais que culminaram na existência do curso, também, sobre sua proposta pedagógica integradora, assim como alguns dos seus fundamentos teóricos a respeito da

Agroecologia. Dessa forma vou destacar a temática da Agroecologia e relacioná-la com a prática da aprendizagem.

Acredito que essa experiência junto da (LEC/UFRRJ), possa mostrar um caminho para novas propostas de aprendizagem, onde a Agroecologia aparece como uma ferramenta, em um curso que se propõe a trazer elementos da Pedagogia da Alternância para a universidade.

Durante o curso tive a oportunidade de conhecer territórios de famílias agricultoras e pude presenciar a forma como esses coletivos praticam de uma agricultura mais sustentável e resistem às diversas dificuldades. Também estive em espaços de aprendizagem dentro e fora da universidade que foram relevantes para minha formação, como o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), ligado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia). Essas visitas realizadas junto de docentes do curso ocorriam no Tempo Comunidade, momento em que a Alternância se faz presente no curso, onde não são realizadas aulas e os estudantes podem voltar para seu território e produzir pesquisas ou visitas de campo, retornando com os resultados e conhecimentos adquiridos para universidade e compartilhando-os com todo o curso.

Para que haja uma melhor compreensão sobre a escolha dos fundamentos teóricos e da estrutura do curso, é preciso entender um pouco sobre o contexto de surgimento das políticas públicas para a educação do campo e a trajetória dos Movimentos Sociais na luta por esses direitos. Dessa forma trago alguns marcos históricos da educação do campo que culminaram na formação do curso de LEC/UFRRJ.

Historicamente o campo brasileiro sofre com a negligência do poder público na formação destinada às classes populares. Onde se propagou uma visão do campo como lugar do atraso, que a única opção para quem vivia nesses lugares era sair e buscar melhores condições de vida nos centros urbanos. Em resposta a essa lógica hegemônica e estrutural da organização de nossa sociedade, os movimentos sociais ligados aos trabalhadores do campo vêm criando estratégias de luta e organização política para atuar na superação da desigualdade no fornecimento da educação formal para os povos do campo.

Movimentos sociais e a Educação do Campo

Nessa conjuntura, os movimentos sociais se organizam para pensar a respeito de uma educação pública para os povos do campo, que em 1997 acontece o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA). Uma parceria do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Universidade de Brasília (UnB). Na reflexão a respeito de práticas pedagógicas que tivessem relevância, de acordo com as singularidades e contextos próprios do campesinato, contando com uma intensa participação popular.

Para Bicalho, “O I ENERA serviu de preparação para os próximos desafios dos movimentos sociais e foi considerado o marco do surgimento da concepção de Educação do Campo no Brasil” (2018, p. 84). Essa movimentação foi importante para que fosse criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, uma importante entidade responsável por gerir as ações de escolarização dos povos do campo no Brasil. Destaco como umas das conquistas alcançadas pela Articulação, as duas Conferências Nacionais Por uma Educação Básica do Campo, que ocorreram nos anos de 1998 e 2004, e o estabelecimento de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002. Ao falar da I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, Bicalho faz alguns apontamentos:

Esta Conferência é considerada um marco para o reconhecimento do campo como espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação. Nela foram debatidas as condições de escolarização diante dos problemas de acesso, manutenção e promoção dos estudantes, qualidade do ensino, condições de trabalho, formação do corpo docente, além de projetos político-pedagógicos emancipadores de resistência que se destacam enquanto experiências inovadoras no campo. (Bicalho, 2018, p. 86).

Em 1998, através da Portaria nº. 10/98 cria-se o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), que em 2001 é incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Surgindo como fruto dos debates do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, através do compromisso do Governo Federal em possibilitar o acesso dos assentados ao ensino público de qualidade. Devido aos altos níveis de analfabetismo das classes populares campesinas, o Programa priorizou a alfabetização de Jovens e Adultos. Em 2010, com o Decreto nº 7.352 o PRONERA passa a se tornar uma política pública de estado para a Educação do Campo. O Decreto também vai dispor sobre a política de Educação do Campo, definindo conceitos de populações e escolas do campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo foram instituídas através da Resolução CNE/CEB nº. 01 de 03 de abril de 2002. Dois anos depois, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no âmbito do Ministério da Educação. A partir da SECAD é que se cria a Coordenação Geral de Educação do Campo. A Secretaria incentivou o desenvolvimento de importantes programas como o

Programa Escola Ativa, o ProJovem Campo e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

O PROCAMPO vem apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior. Voltado para a formação de educadores com atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio.

Outro importante e mais recente programa, é o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Instituído em 2013, através da Portaria nº 86, de 01 de fevereiro de 2013. Apoiando a implementação da política de educação do campo. Segundo a Portaria:

O PRONACAMPO será implementado de forma articulada institucionalmente entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.” (Ministério da Educação, 2013)

Oferecendo assim, apoio técnico e financeiro para a implementação das políticas de educação do campo.

A respeito do PRONACAMPO, Bicalho e Leite nos apresentam:

No PRONACAMPO, o objetivo principal é que todos os grupos sociais camponeses, tenham o direito de uma política pública de educação específica que os atendam. A ideia é universalizar programas de melhoria da Educação do Campo, na diversidade do campo brasileiro, contemplando os territórios indígenas, quilombolas, da reforma agrária, entre tantos outros. Essa reivindicação é histórica no movimento da Educação do Campo e já aparecia nos documentos finais da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. (Bicalho & Leite, 2024).

Educação do Campo na UFRRJ

É nessa conjuntura que é criado o curso da (LEC/UFRRJ), no ano de 2010. Através do Edital PRONERA/2009, em um convênio da UFRRJ com o INCRA. O curso que era destinado a educandos de Assentamentos de Reforma Agrária. Tinha duração de três anos, com uma dupla habilitação em Ciências Sociais e Humanidades e Agroecologia e Segurança Alimentar em regime de Alternância. Nesse momento a UFRRJ ainda faz o acréscimo de 10 vagas reservadas para os povos tradicionais, nesse caso, especificamente indígenas e quilombolas.

Em busca de regularizar o curso, a UFRRJ apresenta uma proposta ao Edital PROCAMPO e em 2014, através da Deliberação nº 055, de 30 de abril, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ, o curso da LEC/UFRRJ tem seu Projeto Político Pedagógico aprovado e o curso se institucionaliza, passando a fazer parte dos cursos regulares da UFRRJ.

Nessa estruturação que o curso se encontra atualmente, com o qual venho tendo contato. Onde pude ingressar através de um vestibular próprio, diferente da forma com que as vagas são ofertadas em outros cursos da UFRRJ, que utilizam a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Uma das etapas do exame que realizei foi o memorial, forma com a qual os participantes podiam expressar suas relações com a cultura e as identidades do público alvo do curso, junto do trajeto destes com os movimentos sociais e coletivos populares. Apresenta-se como uma proposta inovadora que considera questões que vão além da simples assimilação de conteúdos, mas as múltiplas realidades de lutas sociais e de identidades culturais das classes populares. Nessa configuração o curso teria uma duração estimada de quatro anos, formando educadores com habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.

A institucionalização da LEC/UFRRJ, em certa medida, consegue romper com as estruturas da universidade e com o tipo de educação rural pensada a partir de aspectos produtivistas e econômicos. Trazendo um novo projeto para a educação dos povos do campo, pensada e construída por eles próprios, através de processos de organização política. Representando uma importante conquista dos movimentos sociais da Educação do Campo.

Referenciais teóricos da Agroecologia

Ao adentrar mais nos referenciais teóricos do curso, trago a conceituação de Agroecologia. A forma com que os movimentos vêm se apropriando desse novo campo científico e o ressignificando traz diversas contribuições. Em seguida vou apresentar as experiências de aprendizagem presenciadas por mim em espaços de formação na LEC/UFRRJ com a proposta agroecológica.

As primeiras referências ao conceito de Agroecologia foram feitas no meio científico, se utilizando-se de conhecimentos da ecologia para a agricultura. No intuito de criar as bases científicas para processos produtivos mais sustentáveis. Com o tempo, outros sujeitos vão incorporar à Agroecologia questões sociais e políticas, ampliando o debate e introduzindo novos conhecimentos, reconhecendo a importância de diferentes saberes e práticas de vida para construção de um desenvolvimento sustentável.

Essa nova base científica, vem mostrar soluções para a superação do modelo de desenvolvimento adotado pelas grandes indústrias agropecuárias e propagado pela “Revolução Verde”. Esse que veio importado para o nosso país, com o intuito de modernizar as bases produtivas no campo. Com argumento que essa industrialização do campo poderia melhorar as

condições de vida do agricultor e aumentar a produção de alimentos, produzindo assim alimentos necessários para resolver o problema da fome no mundo.

A partir da inserção dessas tecnologias no campo, foi possível observar muitas evidências dos impactos causados pela utilização dos agroquímicos e do plantio em monocultura. A redução da biodiversidade e a grande dependência dos agricultores no uso dos insumos químicos industriais e do maquinário podem ser uma das muitas consequências negativas encontradas nesse modelo de desenvolvimento.

Contribuições importantes foram feitas por Stephen R. Gliessman e Miguel Altieri para a construção desse debate. Trouxeram as primeiras definições de Agroecologia, como uma forma de base científica ecológica para a agricultura.

Nesse trecho, Gliessman fala sobre essa nova abordagem e traz sua definição de Agroecologia:

O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimento e métodos ecológicos modernos. Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como *a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*. (Gliessman, 2005, p. 53-54).

Para o autor, a Agroecologia também reconhece o conhecimento dos próprios agricultores. Segundo Gliessman “Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (2005, pág.54). Uma concepção diferenciada das ações orientadas por correntes hegemônicas direcionadas à intensificação da produção e a modernização do meio rural, que desconsidera os conhecimentos tradicionais e procura substituí-los por aqueles produzidos pela academia.

No livro “*A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*”, Altieri defende que:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (Altieri, 2004, p. 18).

Francisco Roberto Caporal e José Antônio Castabeber são outros dois autores que também fizeram importantes contribuições a respeito do tema. Se mostrando como importantes referências ao se falar em aprendizagem em Agroecologia, pois esses estiveram envolvidos com a extensão rural. Pensando em um projeto de desenvolvimento rural sustentável, tendo a Agroecologia como um novo referencial para essas ações educacionais direcionadas ao campo.

Caporal, ao falar sobre as bases epistemológicas da Agroecologia diz:

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. (Caporal, 2009, p. 4).

Para esses autores, a Agroecologia é necessária para construção de um novo paradigma para o desenvolvimento rural. No objetivo de servir de base para transição para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável. Onde a Agroecologia, como matriz disciplinar integradora, deve se utilizar de outras disciplinas e diferentes fontes de conhecimento. Reconhecendo também, o saber dos próprios agricultores para orientação em processos de transição agroecológica.

Com a ampliação da utilização da terminologia em diferentes ambientes e a difusão da Agroecologia em diferentes espaços, algumas confusões conceituais acabam acontecendo. Relacionando Agroecologia apenas a um modelo de agricultura. A respeito disso, Caporal nos alerta da seguinte forma:

Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, (alguns proposadamente e de má fé, outros por não haverem aprofundado no entendimento epistemológico). Também é comum confundir Agroecologia com a simples adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas ou com uma agricultura que não usa agrotóxicos ou, simplesmente, com a substituição de insumos (Caporal, 2009, p. 3).

Por isso, acredito ser importante entender as múltiplas dimensões da sustentabilidade na Agroecologia. Conta com contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Uma ciência que apoia processos de transição de tecnologias para o campo, na busca de mais sustentabilidade. Na medida em que utiliza de um manejo ecológico, reduzindo os impactos para o meio ambiente e também, contribuindo para uma condição de liberdade do agricultor diante da dependência aos insumos externos industrializados.

Agroecologia no curso da LEC/UFRRJ

Após contextualizar sobre os referenciais teóricos da Agroecologia, trago agora o como a Agroecologia aparece no curso de LEC/UFRRJ, com práticas de ensino que também serviram

de base para as experiências de aprendizagem com a Agroecologia que pude realizar em minha participação junto ao curso.

O curso de Educação do Campo da UFRRJ tem como um dos seus eixos curriculares a temática da Agroecologia. Contando com um grande número de componentes curriculares que abordam as questões que envolvem a temática. Ao todo são 13 componentes que somam carga horária total de 500 horas. Sendo assim, o único curso da universidade que consta em sua grade curricular obrigatória, componentes que trabalham com questões agroecológicas. Revelando o como o curso da LEC/UFRRJ se mostra inovador dentro da universidade, trazendo uma proposta diferente das existentes em outros projetos de curso, que acabam priorizando lógicas produtivistas e mercadológicas. Acredito que isso só foi possível graças a participação dos movimentos sociais na construção do curso, que através de conquistas de direitos conseguem trazer suas próprias demandas para a universidade. Também pelo esforço de docentes capacitados e comprometidos com a construção de uma educação transformadora, crítica, que reconhece os saberes populares.

Em sala de aula, a abordagem a respeito da Agroecologia aparece em muitos momentos, em diferentes disciplinas. Trazendo os referenciais teóricos de diferentes práticas sustentáveis de manejo de agroecossistemas. Trazendo desde questões relacionadas às técnicas de cultivo até questões que dizem respeito às relações de poder no campo.

Essas diferentes concepções a respeito da Agroecologia que me foram apresentadas durante as disciplinas do curso de LEC/UFRRJ, foram essenciais para fortalecer minha experiência com as temáticas envolvidas. Complementando o arcabouço de conhecimentos adquiridos durante o curso técnico no CTUR, com dimensões políticas e socioculturais que antes ainda não compreendia. Sendo assim, o curso foi essencial para minha formação como educador do campo na área da Agroecologia.

Experiências com Agroecologia

Venho agora mostrar algumas das minhas experiências na Agroecologia durante minha formação no curso da Educação do Campo da UFRRJ. Essas atividades estavam diretamente ligadas à metodologia da alternância utilizada no curso. Aonde venho desde muito tempo junto ao Grupo de Trabalho de Agroecologia, apresentando todas essas experiências na colocação em comum no retorno do Tempo Comunidade. Dessa forma pude participar de interessantes projetos que envolvem os conhecimentos agroecológicos, me inserindo nos territórios do

entorno da UFRRJ, e junto de outros estudantes do curso realizar atividades que envolviam a educação e a Agroecologia, desenvolvendo nossa autonomia e aplicando na prática os conhecimentos adquiridos no curso de LEC da UFRRJ.

Uma das experiências que envolvem a aprendizagem em Agroecologia e que foi muito importante para minha formação no curso da LEC/UFRRJ, ocorreu em minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Que ocorreu na parceria entre o curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFRRJ e a Escola Estadual Municipalizada Camilo Cuquejo, situada no bairro Mazomba, pertencente à cidade de Itaguaí, na Baixada Fluminense. A escola atendia na época cerca de 22 crianças entre a Educação Infantil (Pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais), incluindo salas multisseriadas. O que caracteriza tais classes é a reunião de séries de anos diferentes em um mesmo espaço físico com a orientação de um mesmo professor, sendo, às vezes, a única opção ao acesso ao sistema escolar. A parceria com o projeto possibilitou o desenvolvimento de atividades que dialogaram com o currículo da escola, explorando outros espaços de formação para além da sala de aula, como, por exemplo, o desenvolvimento de uma horta escolar pensada pedagogicamente.

O projeto teve início em setembro de 2018 e contava com uma equipe de dez bolsistas do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, tendo início com pesquisa teórica a fim de reconhecer o território dessa parceria, tanto o histórico da escola, sua equipe, demandas, dificuldades e necessidades e sua relação com a Secretaria de Educação do município de Itaguaí, como também a comunidade no entorno e sua história. No ano de 2019, a equipe do PIBID atua diretamente com as crianças e professoras, desenvolvendo atividades teóricas e práticas dentro e fora da escola. Na escola, atuamos uma vez na semana, com atividades pedagógicas sobre temas que abordam nossa cultura, identidade e também com a elaboração e desenvolvimento de uma horta.

O planejamento do projeto para o primeiro semestre de 2019 dialoga com as pesquisas realizadas no ano anterior, e com o currículo e o Projeto Político Pedagógico da escola, evidenciando enquanto demanda, temas que abordam a realidade do entorno, trazendo atividades pedagógicas com elementos da diversidade cultural na formação histórica do Brasil, desmistificando conceitos engessados, trazendo ainda elementos da cultura alimentar e da relação do homem com a natureza, a partir de uma ótica ampliada da compreensão da realidade que nos cerca.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/Educação do Campo propõe a troca de saberes entre ensino superior e a educação básica e busca ainda

proporcionar aos discentes da Educação do Campo maior proximidade com a realidade do cotidiano de uma escola em contexto rural e com isso possibilidades de criar e desenvolver metodologias e ações pedagógicas de intervenção positiva em projetos com a escola e a comunidade, a partir do reconhecimento de suas reais demandas e necessidades.

Ao observar os arredores da área interna da escola, percebemos que aquele local poderia ser utilizado em práticas que envolviam a Agroecologia, foi quando entramos em consenso de iniciar o projeto Horta Pedagógica na E. E. M. Camilo Cuquejo, que poderia servir para produção de uma alimentação saudável e atividades didáticas, com enormes vantagens à escola e aos demais envolvidos, como a obtenção de alimentos de qualidade e contribuindo para a melhoria nutricional das refeições na escola. Possibilitando também, a integração de várias atividades escolares envolvendo todas as disciplinas do currículo escolar, aliando a teoria à prática. Damos início ao projeto, visando também através do trabalho em conjunto à comunidade escolar, resgatar a cultura local daquela realidade. Com o auxílio da nossa coordenadora escolar, que por pertencer a uma família do campo e que trabalha com agricultura, nos doaram as mudas que possibilitou dar início ao projeto.

Contudo alguns empecilhos foram enfrentados, como a falta de uma instalação de ponto de água para irrigar as plantas e ferramentas para a manutenção da horta, porém, mesmo com dificuldades, conseguimos levar os alunos do Pré II, 1º, 2º e 3º ano para horta (Figura 1) e trabalhamos com eles a importância da alimentação saudável e a prática do plantio e da colheita. Com grande entusiasmo os alunos demonstraram enorme interesse pela horta e muita alegria em sujar as mãos na terra, plantando os alimentos que futuramente seriam consumidos na merenda escolar.

Figura 1 - Plantio das mudas junto das crianças da escola



Fonte: Autoria própria do grupo PIBID da Educação do Campo da UFRRJ.

No desenvolver da horta pedagógica foi possível observar o como a maioria das crianças se desenvolve e lida com a terra, revelando um saber próprio que elas tinham que tem ligação direta com as suas próprias realidades, intimamente ligadas à produção agrícola, pois a maioria dos alunos são filhos de pequenos produtores, em uma região que a agricultura familiar é muito presente.

Ao decorrer das atividades introduzimos alguns conhecimentos a respeito de algumas plantas que são utilizadas em diferentes utilidades e que acabam crescendo espontaneamente nos quintais, que também podem ser classificadas com a contribuição que Kinupp e Lorenzi (2014) trazem, de Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC's). Através dessas conversas percebemos que seria uma forma de resgatar a cultura das famílias dos alunos que utilizavam plantas medicinais e PANC's há algum tempo. A prática da implantação de uma horta escolar pode proporcionar várias vantagens para a comunidade escolar, tanto na realização de atividades didáticas, como oferecer uma grande variedade de plantas medicinais e hortaliças, também como o acesso às informações que vão revelar a importância do uso correto das ervas proporcionando melhores resultados na prevenção e cura de determinadas enfermidades. Portanto, o envolvimento da escola nesse projeto auxilia na promoção da saúde e efetiva a sensibilização ambiental.

Durante as semanas realizamos também a manutenção dos canteiros, onde observei o esforço com o qual parte do grupo constantemente fazia a retirada de plantas espontâneas chamadas de “ervas daninhas” dos canteiros, um nome que revela a visão negativa de muitas pessoas dessas plantas, essas que podem contribuir para a diversidade do sistema produtivo e possibilitar a preservação do solo quando integradas neste sistema. O diretor da escola percebendo a dificuldade que tínhamos para irrigar os canteiros com pequenos recipientes e baldes, nos ajudou comprando dois regadores, o que facilitou para as crianças e os funcionários que nos davam suporte ajudando na irrigação da horta, até nos dias que não estávamos presentes na escola.

Dando continuidade ao trabalho pedagógico junto da horta, fizemos algumas rodas de conversas com os alunos para sabermos o que cada um gostava de comer e quais destes tinham horta ou costumavam plantar alguma verdura ou vegetais em casa, muitos dos alunos nos disseram que seus pais possuem plantação em casa, no qual eles ajudavam no cuidado, assim foi possível refletir como cada criança se comporta diante do desenvolvimento de cada planta

da horta e como é gratificante a possibilidade da produção de um saber construído dialogicamente entre elas e os estudantes da universidade.

Em cada atividade desenvolvida surgiram novas ideias e uma vontade de produzir mais, mesmo com algumas dificuldades. O que nos fortalecia era saber o quanto os alunos ficavam felizes de cuidar de algo que viria a beneficiar a eles próprios, até mesmo na produção de uma consciência ecológica. Foi muito importante desenvolver essa atividade na escola, possibilitou acompanhar o desenvolvimento das crianças, como cada uma gosta de fazer algo diferente na horta e como nós também aprendemos com eles sobre os seus conhecimentos que vinham de suas famílias, como cada criança apresentava uma forma diferente de realizar as atividades, e assim como também pudemos observar o quanto elas gostam de comer os alimentos que já foram plantados e colhidos e a disposição de cultivar aqueles que futuramente viriam ser consumidos por elas.

Com o decorrer do tempo em que demos continuidade nas atividades vimos o quanto é importante trazer para a escola as questões envolvidas com o hábito de se alimentar de forma saudável, produzindo hortaliças livres de agrotóxicos e de boa qualidade, contribuindo para que tenham uma vida mais saudável e assim também, na transmissão desse conhecimento para suas famílias. Assim também podemos colocar em prática o que o curso de Licenciatura em Educação do campo, nas disciplinas de agroecologia nos ensinou, mostrando o potencial da Agroecologia no desenvolvimento de atividades no campo, de modo saudável e eficaz.

Já iniciado o plantio na horta, demos continuidade aos trabalhos no local, agora com as plantas medicinais. O uso de plantas para fins terapêuticos remonta ao início da civilização humana, um saber amplamente utilizado pelos povos do campo, como “raizeiros”, “curandeiros” e “benzedadeiras”. Em virtude dessa tradição secular, as plantas medicinais e suas propriedades são frequentemente utilizadas por essas famílias da comunidade escolar, principalmente na forma de chá e em infusões e lambedores.

Apesar do uso de plantas medicinais estarem associados mais ao conhecimento popular empírico, gradativamente vem sendo reconhecido e incorporado ao saber científico. Elas aparecem como uma alternativa aos remédios fornecidos pela indústria farmacêutica, um conhecimento que vem passando de geração em geração na cultura popular e que gradativamente vem sendo reconhecido pela ciência. Cada uma dessas plantas possui propriedades que possibilitam o tratamento de diferentes doenças podendo possuir diferentes efeitos, como anti-inflamatórios, expectorantes, laxativos, calmantes, anestésicos, cicatrizantes, entre outros.

Uma atenção que precisa se ter em relação a essas plantas é se passaram ou não por estudos toxicológicos mais aprofundados em laboratórios ou por especialistas no conhecimento empírico a respeito delas, pois existem plantas que contêm toxinas, ou podem fazer mal ao corpo se usadas em excesso, assim como reações alérgicas ou mesmo o aparecimento de algumas doenças. Nesse contexto, é importante o referencial em iniciativas como a da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que regulamentou através da Resolução RDC nº 19, de 09 de março de 2010 o uso caseiro de algumas ervas medicinais visando preservar e popularizar esse conhecimento tradicional. A resolução busca também, esclarecer de que forma esses vegetais devem ser usados para garantir os efeitos benéficos à saúde (ANVISA, 2010). Por isso trabalhamos apenas com plantas conhecidas e que passaram por esse estudo.

Ao início das atividades com plantas medicinais, fizemos uma roda de conversa com as crianças, introduzindo-as na temática, com o intuito de mostrar a elas quais são essas plantas, como são utilizadas e qual a importância delas para a saúde e tratamento de doenças. Depois começamos a fazer perguntas a elas, se elas conhecem e reconhecem algumas dessas plantas em suas casas, na de familiares ou na própria escola. Nesse momento nos surpreendemos com o quanto elas já sabiam sobre aquelas plantas, relatando onde as veem cotidianamente, dando exemplos de como a mãe ou avó faz o uso quando elas estão doentes, preparando remédios ou chás. Perguntamos se os pais delas as possuem em casa e se possuem, quais. Foram citados exemplos, como, capim limão, erva doce, erva cidreira, boldo, entre outras.

Mostramos a elas algumas mudas que levamos para que visualizassem de perto essas plantas, tocando e aprendendo sobre elas na proximidade, apresentando a elas uma planta que é mais voltada para a confecção de chás e outra mais utilizada para uso tópico. Foram mostradas duas plantas, a *Cymbopogon citratus*, popularmente conhecida como capim santo ou capim limão e a *Aloe vera*, mais conhecida como babosa. Falamos sobre como o chá de capim limão ajuda a tratar as dores de estômago, náusea e auxilia no processo de digestão, e como a babosa é usada em cremes e xampus por possuir propriedades hidratantes para o cabelo, tratamento de espinhas na pele e também no tratamento de queimaduras, mas por poder ser tóxica, não ser ingerida.

Com a realização dessa atividade junto das crianças da escola, percebemos que elas já possuíam certo conhecimento acerca do assunto por fazerem parte de uma comunidade do campo e serem filhos de pequenos agricultores. Ao final da conversa propomos a elas que na semana seguinte fizessem mudas com seus pais em suas casas e levassem para a escola para plantarmos na horta no canteiro que preparamos. Na semana seguinte elas levaram as mudas

como combinado, e juntos fomos para a área externa da escola e plantamos nos canteiros preparados na semana anterior.

Essa atividade tinha como objetivo enfatizar a importância do uso dessas plantas no dia a dia das crianças que em seu quintal pode haver uma grande variedade de remédios. Plantamos mudas de *Cymbopogon winterianus*, popularmente conhecida como citronela, a *Cymbopogon citratus* (capim-limão), a *Peumus boldus* (boldo-do-Chile) e da *Mentha spicata* (hortelã-verde), todas trazidas pelas crianças e plantadas por elas mesmas.

Por fim, propomos que as crianças do Pré I fizessem um desenho, e a turma de 5º fizesse uma redação sobre o que eles tinham aprendido ao longo de todo processo de construção da horta. O resultado foi muito satisfatório para nós. Ver a relação de afeto das crianças para com o trabalho, elas exercitaram seu imaginário e colocaram no papel suas diversas percepções e relacionaram suas afinidades. Quanto às crianças do quinto ano, começamos a desenvolver a produção de textos, porém a atividade teve de ser interrompida devido ao pouco tempo, mas teve continuidade no dia seguinte com o auxílio da nossa professora supervisora.

No dia 30 de maio de 2019, foi realizado um jogo da memória de plantas medicinais, para a turma de alunos mais velhos, do 2º e 3º ano. Para os mais novos, do Pré I e 1º ano, foi proposto um desenho relatando tudo o que tinham aprendido sobre a importância da horta e das plantas medicinais até o momento. As crianças, muito animadas, se divertiram com o jogo, e os mais novos mostraram muita criatividade em seus desenhos.

A intenção da atividade era a de que os alunos aprendessem de forma descontraída e lúdica, conteúdos que já haviam sido aplicados em aulas anteriores, integrando a teoria e a prática, o que garante uma maior absorção do conteúdo, além de deixar um jogo pedagógico para as próximas gerações na escola.

Em uma sexta-feira do dia 30 de maio, as crianças da Escola Estadual Municipalizada Camilo Cuquejo visitaram o Museu de Solos do Brasil, localizado dentro do campus da UFRRJ, em Seropédica.

Assim que os alunos chegaram para iniciar a visita, todos se reuniram em frente o museu, onde as crianças foram recebidas e esclarecidas a respeito sobre onde elas estavam e o que iriam realizar naquela manhã. Nesse momento houve a apresentação da Dra. Clarice de Oliveira, professora do Departamento de Solos do Instituto de Agronomia da UFRRJ que na época atuava como curadora do Museu de Solos do Brasil, junto de dois estudantes da UFRRJ, uma estudante da Licenciatura em Belas Artes, voluntária no museu que realizava uma oficina que trabalha o aspecto artístico, utilizando como material a geotinta, que é uma mistura de

componentes do solo e alguns ingredientes que formam uma tinta natural. O outro estagiário era do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e ficava responsável por receber os visitantes e guiá-los por todas as partes do museu.

As crianças foram divididas em dois grupos, junto com seus respectivos professores. Entre elas estavam quatro professoras da escola. Um grupo foi realizar a oficina de práticas artísticas com tintas de solo, o outro seguiu pelo museu. No fim desta etapa houve a troca, de forma que o grupo que estava sendo acompanhado pela visita iria agora realizar a oficina e em vice e versa. O estagiário das Ciências Agrícolas guiou as crianças e as introduziu na temática do solo com muita habilidade, tornando o conhecimento a respeito dos solos compreensível para a realidade delas e atraindo-as para tal, também demonstrou certa experiência a respeito dos conhecimentos do estudo do solo, pois além de estudante de Ciências Agrícolas pela UFRRJ, também participou de processos importantíssimos para a confecção do museu, de alguns estudos e inclusive da confecção de alguns monólitos de solo que compõem o museu.

A visita guiada seguiu sendo possível discutir com as crianças uma série de aspectos muito relevantes para entender o conceito do solo e o funcionamento de sua estrutura, também sobre as diferentes partículas que o compõem, com seus tamanhos diferentes, assim como a argila, areia e cascalho. As crianças estavam participativas e bem empolgadas com tudo que aparecia para elas.

No decorrer da visita, chegou-se na parte do museu onde podemos observar belíssimas pinturas feitas com tinta de solo. Chama muito a atenção de todos a variedade de cores, o intenso colorido que se consegue a partir do próprio solo. Todos também ficaram bastante entusiasmados com a oportunidade de ver de perto um cupinzeiro ou “termiteiro” completo, mesmo porque naturalmente só é possível observar a parte superior que fica exposta e não a sua maior parte subterrânea. E também em poder saber mais sobre a função que esse inseto tem para a ciclagem de nutrientes no solo, fragmentando e decompondo o material vegetal.

A oficina da estagiária de Belas Artes tinha função muito importante para se construir um conhecimento a respeito do solo, não meramente complementar ou superficial, a prática artística além de ajudar a concretizar o que foi avistado no museu, traz esse conhecimento para o seu cotidiano, com questões que vão dizer a respeito da preservação, pois além da tinta de solo ser um material de fácil acesso, também é sustentável, pois utiliza ingredientes que não degradam o meio ambiente, como solo, água e cola.

Antes de começar a oficina, a estagiária do museu pede às crianças para cumprirem algumas instruções básicas, como não sacudir o pincel para não respingar tinta nas paredes do

museu e quando elas quiserem trocar de tinta do pincel, mergulhá-lo no recipiente com água que estava à disposição delas, também para que tomassem cuidado para não derramar o pote com tinta. Após essas instruções, ela os orientou para pintar o que elas queriam, algum momento muito feliz, algo que eles gostam muito, a natureza ou qualquer outra coisa que tivessem vontade.

As crianças se sentiram bem à vontade para representar na pintura o que queriam. Pudemos observar o como as crianças retrataram bem aquilo que viram no museu (Figura 2), mostrando assim, que esse processo contribuiu para o aprendizado delas e que elas observaram e assimilaram bem os conteúdos passados a pouco, além de grande criatividade e habilidade para trabalhar com a tinta de solo.

Figura 2 - Pintura confeccionada por um estudante da Camilo Cuquejo com geotinta e um monolito em exposição no Museu de Solos do Brasil da UFRRJ.



Fonte: Autoria própria do Grupo Pibid da Educação do Campo da UFRRJ.

Conclusão

Quando venho fazer parte do curso de Educação do Campo da UFRRJ, tenho a oportunidade de presenciar a concretização de inúmeras lutas dos movimentos sociais em busca de melhores condições educacionais e específicas para os povos do campo. A LEC/UFRRJ, como curso de graduação institucionalizado dentro de uma universidade pública, pode servir como referência para outros projetos, atuantes em instituições de ensino ou mesmo em outros espaços de aprendizado.

As experiências com Agroecologia no curso mostram o potencial dessa corrente teórica na atuação em diferentes contextos de aprendizagem. Podendo servir de parâmetro para futuras iniciativas educacionais que pretendam atuar junto de comunidades do campo e também em contexto periférico. Ao longo da realização desses trabalhos, pude presenciar que a utilização

dos conhecimentos agroecológicos de forma dialógica possibilitou que os estudantes pudessem assimilar os conhecimentos abordados em sala de aula, relacionando com os seus próprios saberes, de forma que além de aprender sobre a teoria a respeito da conservação dos recursos naturais e de sua utilização consciente, também despertaram a valorização dos saberes tradicionais que cada um já carregava, conhecimentos que já estavam presentes em suas próprias realidades, em seu convívio com o território e com o trabalho familiar junto a terra.

Com base nessa experiência com a Educação do Campo junto dos conhecimentos agroecológicos, gostaria de chamar atenção para que futuras pesquisas e projetos que venham trabalhar com essa temática, reconhecendo todas as dimensões da Agroecologia, pensando em uma educação transdisciplinar. Que para além das técnicas de manejo diferenciadas, possam pensar em uma educação crítica a respeito das diferentes realidades, problematizando contextos de desigualdade e diferentes conflitos existentes. Valorizando os saberes tradicionais e caminhando para um futuro sustentável.

Referências

Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Bicalho, R. (2018). História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. In Coelho, G., Araújo, G (Orgs). *Educação do Campo e cidadania no Brasil contemporâneo* (pp. 69 - 115). Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT.

Bicalho, R., Leite, I. (2024). *A Educação do Campo no Brasil e suas interfaces com os Movimentos Sociais de luta pela terra*. Revista Cocar. Edição Especial, (33), 1-18. Recuperado de: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/231>

Caporal, F. (2009). *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília.

Decreto nº. 7.352, (2010, 4 de novembro). Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

Deliberação nº 55, (2014, 30 de abriu) Institucionalizar o curso de Licenciatura em Educação do Campo como um curso de graduação regular da UFRRJ, Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Recuperado de: <https://cursos.ufrrj.br/grad/lec/files/2024/11/PPC-Lec-2.pdf>

Edital MDA/INCRA/CNPq – PRONERA N° 04, (2009). Seleção pública de propostas para apoio à capacitação e extensão tecnológica de estudantes oriundos de assentamento de Reforma Agrária do INCRA, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Recuperado de:

[file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/6917436143135058-004%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/6917436143135058-004%20(1).pdf)

Gliessman, S. (2005). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Kinupp, V. (2014). *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas*. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora.

Portaria n° 86, (2013, 1 de fevereiro). Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Recuperado de: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_86_01022013.pdf

Resolução RDC n° 19, (2010, 9 de março). Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de: https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-10-2010_113301.html

Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica n° 1, (2002, 3 de abril). Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 26/04/2025

Aprovado em: 04/10/2025

Publicado em: 17/12/2025

Received on April 26th, 2025

Accepted on October 04th, 2025

Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Paula, L. A., Parajara, T. G., & Bicalho, R. (2025). Relato de experiência no curso de Licenciatura em Educação do Campo na aprendizagem sobre Agroecologia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19806.

